Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade

OFÍCIO Nº 01/2025

Pouso Alegre, 21 de junho de 2025

À

Presidência da Câmara Municipal de Pouso Alegre

A/C dos(as) Excelentíssimos(as) Vereadores(as)

Assunto: Solicitação de retirada de pauta do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.570/2025 e abertura de diálogo intersetorial

O **Comitê Técnico Municipal de Equidade de Pouso Alegre**, comprometido com a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da legalidade constitucional, vem, por meio deste ofício, manifestar preocupação institucional e jurídica quanto ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.570/2025, cuja votação encontra-se prevista para os próximos dias nesta Casa Legislativa.

Após análise detalhada do texto legal, constatamos que diversos dispositivos do referido projeto violam frontalmente garantias constitucionais e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, notadamente:

- O direito de ir e vir e à permanência em espaços públicos (CF, art. 5º, XV);
- O direito à moradia e à proteção social, especialmente de pessoas em situação de rua (CF, art. 6º e 23, II);
- Os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III e art. 5º, caput);
- O acesso universal a prédios públicos e serviços essenciais, inclusive a pessoas em situação de vulnerabilidade social (CF, art. 37);
- A vedação à criminalização indireta da pobreza e às práticas de remoção forçada de pessoas e pertences, conforme reafirmado nas decisões do STF (ADPF 976/DF e ADPF 828/DF).

Além de inconstitucional, o projeto apresenta forte viés higienista e punitivista, promovendo uma lógica de “limpeza social” que afasta, em vez de incluir, as populações mais vulneráveis da convivência urbana, violando princípios básicos da convivência democrática, da função social da cidade e da justiça social.

Ademais, a aprovação de medidas dessa natureza pode gerar **efeitos colaterais graves**, como o estímulo à hostilidade pública contra pessoas em situação de rua, reforçando estigmas sociais e legitimando condutas violentas ou discriminatórias por parte da população em geral. Em vez de promover a paz social, o projeto pode instaurar um ambiente de animosidade, intolerância e conflitividade urbana, incompatível com o espírito democrático e plural da Constituição Federal.

**Rua Comendador José Garcia 280, Centro, Pouso Alegre – MG,
CEP: 37553-516
comiteequidade.pa@gmail.com**

Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade

Acreditamos ser plenamente possível **compatibilizar** os interesses legítimos de **segurança pública** com o **respeito às liberdades individuais, aos direitos sociais e à dignidade humana**, por meio de políticas públicas mais eficazes, intersetoriais e baseadas em evidências.

Diante disso, solicitamos formalmente a **retirada do Substitutivo nº 01** da pauta de votação, a fim de que se garanta um amplo e necessário debate público, com a participação da sociedade civil, das entidades técnicas e da rede de proteção social.

Propomos, ainda, o agendamento de uma reunião com a diretoria executiva deste Comitê, para dialogarmos sobre alternativas legislativas que assegurem uma cidade mais justa, segura e inclusiva, em consonância com os valores da Constituição Federal e com as diretrizes da política nacional de direitos humanos.

Renovamos nossa confiança no compromisso desta Casa Legislativa com o Estado Democrático de Direito e com a construção de políticas públicas comprometidas com a equidade e o bem comum.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br THAIANA DE CASSIA DE ANDRADE
Data: 24/06/2025 13:18:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thaiana de Cássia de Andrade
Presidente do Comitê

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA BEATRIZ COSTA CARROZZA
Data: 24/06/2025 13:12:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Beatriz Costa Carrozza
Vice- presidente do Comitê

Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade